



Mesa Setorial do Incra inicia 2026 com cobrança por avanços nas pautas dos servidores

A Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas participaram, na terça-feira, 13, da primeira reunião de 2026 da Mesa Setorial do Incra. O encontro marcou a quinta reunião do atual ciclo e teve como foco a avaliação dos encaminhamentos anteriores, a definição do calendário anual e a cobrança de avanços em pautas centrais para os servidores e servidoras do órgão.

Ficou definido que as reuniões ordinárias da Mesa Setorial em 2026 ocorrerão de forma bimestral, sempre na primeira quinta-feira do mês, às 10h, nas seguintes datas: 5 de março, 7 de maio, 2 de julho, 3 de setembro e 5 de novembro. Também foi confirmada a realização de reunião extraordinária no dia 5 de fevereiro, às 10h, para o fechamento da pauta anual de reivindicações.

A pauta salarial foi um dos

principais destaques. A Condsef/Fenadsef denunciou as distorções causadas pelos Projetos de Lei nº 5.893/2025 e nº 6.170/2025, que deixaram as carreiras de Reforma e Desenvolvimento Agrário em defasagem em relação a outras carreiras do serviço público federal. Como encaminhamento, a Confederação irá oficializar o Incra, o MDA e o MGI, solicitando a correção da tabela remuneratória para o mesmo patamar das carreiras contempladas no PL nº 6.170/2025, além de articular a apresentação de emenda parlamentar.

Outras pautas também foram debatidas, como o acompanhamento da posse dos novos servidores — com prazo final em 28 de janeiro —, a cobrança da minuta de portaria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) no Incra e o início dos Grupos de Traba-

lho sobre Avaliação de Desempenho, Programa de Gestão e Desempenho (PGD) e combate ao assédio. A Condsef/Fenadsef ainda solicitou a apresentação do planejamento institucional do Incra para 2026 e a reavaliação do indeferimento da reintegração de uma servidora anistiada.

O Sindsep/MA destaca que a mobilização da categoria será fundamental neste processo de negociação com o Governo Federal, reforçando que a organização e a participação ativa dos servidores são essenciais para garantir avanços concretos, valorização das carreiras e fortalecimento do Incra.

A Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas reafirmaram o compromisso de seguir atuando de forma organizada e mobilizada na defesa dos direitos dos servidores e servidoras do Incra.



ASSEMBLEIA POR LOCAL DE TRABALHO - EBSEH/MA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados em gozo dos seus direitos Estatutários e convida os(as) empregados(as) da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH/MA, para participarem da Assembleia para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Informes e 2- Aprovação da Minuta da Proposta do ACT 2026/2027 dos Trabalhadores e Trabalhadoras da EBSEH.

São Luís - MA, em 14 de Janeiro de 2026.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.

**A PEC 38 DESTRÓI O SERVIÇO PÚBLICO
CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
PRESSIONE OS DEPUTADOS PARA QUE VOTEM NÃO!**



Lei Rouanet gerou e manteve mais de 228 mil postos de trabalho em 2024, diz FGV

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou os resultados econômicos positivos que o investimento em cultura por meio da renúncia fiscal traz ao país. Pelos dados da Pesquisa de Impacto Econômico da Lei Rouanet, do ano de 2024, divulgados nessa terça-feira (13), em São Paulo, os eventos e produções culturais beneficiados pela Lei Rouanet movimentaram R\$ 25,7 bilhões na economia brasileira.

A cadeia produtiva associada aos projetos culturais gerou ou manteve 228.069 postos de trabalho em 2024, sendo 152,7 mil empregos diretos e 75,3 mil indiretos. Em termos proporcionais, a cada R\$ 12,3 mil investidos pela Lei Rouanet, foi sustentado um posto de trabalho na economia brasileira.

A pesquisa revela ainda que, para cada R\$ 1 investido por meio da renúncia fiscal, R\$ 7,59 retornaram para a economia e para a sociedade. O resultado representa um salto expressivo em relação ao retorno de R\$ 1,59 apurado em 2018, quando a FGV realizou o primeiro estudo sobre os impactos econômicos da Lei Rouanet.

Além disso, a atividade econômica gerada resultou em uma arrecadação de R\$ 3,9 bilhões em tributos municipais, estaduais e federais. Isso significa que, para cada R\$ 1,00 em renúncia fiscal, R\$ 1,39 retornaram aos cofres públicos na forma de impostos.

Ano histórico para a Lei Rouanet

O ano de 2024 marcou um ponto de inflexão para a Lei Rouanet. Foi o primeiro, desde 2011, a registrar aumento real (acima da inflação) no valor da renúncia fiscal, que totalizou R\$ 3 bilhões. Ao todo, 4.939 projetos executaram recursos por meio do mecanismo de incentivo à cultura.

Como resultado, o público total impactado pelos projetos viabilizados pela Lei Rouanet alcançou 89,3 milhões de pessoas, o equivalente a 42% da população brasileira. Desse total, 69,3 milhões foram visitantes de eventos presenciais, com potencial de gastos em setores como hospedagem, alimentação e transporte.

Além do crescimento histórico no volume de renúncia fiscal registrado em 2024, a metodologia adotada nesta edição da pesquisa da FGV passou a considerar, de forma mais ampla, os gastos do público que frequenta eventos culturais e os investimentos de outras fontes atraídos pelos projetos incentivados.

Evolução da captação e expansão por região

A região Nordeste liderou a expansão, com crescimento de 427% no número de projetos, o que representa um salto de 337 para 1.778. O Norte registrou aumento de 408%, passando de 125 para 635 projetos. O Centro-Oeste cresceu 245%, ao avançar de 240 para 829 projetos.



O Sul apresentou crescimento de 165%, com aumento de 1.268 para 3.362 projetos. Já o Sudeste, que detinha a maior base inicial, registrou expansão de 123%, passando de 3.414 para 7.617 projetos.

A pesquisa também aponta que 58,9% dos projetos executaram ações em áreas periféricas, regiões vulneráveis ou áreas de povos e comunidades tradicionais.

No período de 2018 a 2024, com valores atualizados pelo IPCA, a região Norte liderou o crescimento da captação, com alta de 153%, ao sair de R\$ 18,7 milhões em 2018 para R\$ 47,4 milhões em 2024. O Nordeste aparece em seguida, com crescimento de 69%, ao passar de R\$ 76 milhões para R\$ 128,1 milhões.

A região Centro-Oeste registrou crescimento de 22%, com evolução de R\$ 62,9 milhões para R\$ 77 milhões. Em contrapartida, as regiões Sul e Sudeste apresentaram retração de 10% e 13%, respectivamente, com redução de R\$ 264,1 milhões para R\$ 236,7 milhões no Sul, e de R\$ 1,436 bilhão para R\$ 1,246 bilhão no Sudeste.

Fonte: CUT